

NEWSLETTER DE NOVEMBRO DE 2013

Estimado Cliente,

1. Informamos a V. Exa. as principais alterações na legislação económico-financeiro e contabilístico - fiscal cabo-verdiana durante o mês de Novembro de 2013:

Aprovação da Carta de Política Integrada, Educação, Formação e Emprego

A Resolução nº 112/2013 de 1 de Novembro, publicada na I Série do Boletim Oficial nº 59 de 1 de Novembro, aprova a Carta de Política Integrada Educação, Formação e Emprego. O objetivo da carta é contribuir para o avanço e desenvolvimento do ensino técnico-profissional, num quadro integrador, partindo de experiências já existentes e perspectivando medidas e propostas necessárias para a estruturação e funcionamento de um sistema integrado de educação/formação/emprego, susceptível de corresponder aos imperativos de desenvolvimento do tecido económico e produtivo e às aspirações dos cidadãos e da sociedade em geral.

Aprovação do Regulamento de Emissão e Uso do Carimbo

O Conselho Directivo da Ordem dos Médicos de Cabo Verde, aprova e publica na II Série do Boletim Oficial nº 54 de 11 de Novembro, o regulamento de emissão e uso do carimbo, onde estabelece algumas regras quanto ao seu uso e à sua emissão.

Regime Jurídico da Duração e Horário de Trabalho na Administração Pública

O Decreto-Legislativo nº 02/2013 de 11 de Novembro, publicado na I Série do Boletim Oficial nº 60 de 11 de Novembro, estabelece o regime jurídico da duração e horário de trabalho na administração pública. O diploma aplica-se a todos os serviços da administração pública, sejam eles simples ou autónomos, bem como aos serviços personalizados e os demais institutos públicos do Estado e dos municípios estabelecidos no território nacional, com excepção dos serviços de representações diplomáticas e consulares de Cabo Verde, e serviços de polícia e de forças armadas, os quais se regem nesta matéria por regimes especiais.

Aprovação do Regulamento de Utilização das Salas VIP dos Aeroportos do País

O Decreto-Lei nº 43/2013 de 11 de Novembro, publicado na I Série do Boletim Oficial nº 60 de 11 de Novembro, regula a utilização das salas VIP dos aeroportos do país. O diploma aplica-se às entidades neles referidas com direito a utilização ou acesso às salas VIP.

Alteração do Artigo 52º do Decreto-Lei que Regula o Uso da Assinatura Electrónica

O Decreto-Lei nº 44/2013 de 11 de Novembro, publicado na I Série do Boletim Oficial nº 60 de 11 de Novembro, altera o artigo 52º do Decreto-Lei nº 33/2007, de 24 de Setembro, que regula o uso da assinatura electrónica, o reconhecimento da sua eficácia jurídica, a actividade de certificação, bem como a contratação electrónica, que passa a ter uma nova redacção.

Contribuintes a Serem Acompanhados pela Repartição Especial de Grandes Contribuintes

A Portaria nº 55/2013 de 14 de Novembro, publicada na I Série do Boletim Oficial nº 61 de 14 de Novembro, define os critérios de selecção dos contribuintes a serem acompanhados pela Repartição Especial dos Grandes Contribuintes, cuja situação tributária se enquadra em pelo menos um dos critérios estabelecidos.

Programa de Apoio à Governação das Empresas Públicas e à Promoção do Investimento - PAGEPPI

O Decreto nº 7/2013 de 15 de Novembro, publicado na I Série do Boletim Oficial nº 62 de 15 de Novembro, aprova o acordo de empréstimo entre o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), e a República de Cabo Verde, no montante correspondente € 15.000.000,00 (quinze milhões de euros), quantia equivalente, em moeda nacional, à ECV 1.653.975.000 (um bilhão, seiscentos e cinquenta e três milhões novecentos e setenta e cinco escudos cabo-verdianos), assinado na Praia, a 8 de Novembro de 2013. O objectivo do financiamento enquadra-se no âmbito do Programa de Apoio à Governação das Empresas Públicas e a Promoção do Investimento (PAGEPPI).

Oferta de Referência de Circuitos Alugados (ORCA) da CVTelecom

A Deliberação nº 13/CA/2013 de 17 de Outubro, publicada na II Série do Boletim Oficial nº 55 de 18 de Novembro, aprova o relatório da consulta pública sobre a proposta de oferta de referência de circuitos alugados (ORCA), da CVTelecom, que faz parte integrante da referida Deliberação.

Aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário - PNDS

A Resolução nº 117/2013 de 19 de Novembro, publicada na I Série do Boletim Oficial nº 63 de 19 de Novembro, aprova o Plano Nacional de Desenvolvimento Sanitário (PNDS) 2012-2016. O PNDS 2012-2016 constitui-se em oito Programas que por sua vez estão traduzidas em 16 Programas no DECRP III (Documento de Estratégia, Crescimento e Redução de Pobreza), que possui um carácter transversal a todos os sectores: a Administração Financeira, Orçamental e Patrimonial e a Promoção do Uso de Energias Alternativas e Eficiência Energética.

Nome Oficial de Cabo Verde

O Aviso nº 15/2013 de 15 de Novembro, publicada na II Série do Boletim Oficial nº 56 de 26 de Novembro de 2013, avisa que as Nações Unidas acolheram favoravelmente a solicitação do Governo no sentido de deixar de traduzir o nome oficial de “CABO VERDE”. Em consequência, em todas as instâncias dessa Organização, a denominação oficial abreviada do país será de “Cabo Verde” e não será traduzida, e o nome completo do país será República de Cabo Verde, padrão este que será também observado para as demais línguas oficiais das Nações Unidas.

Pagamento da Contribuição à Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêutico e Alimentares

O Decreto-Lei nº 47/2013 de 27 de Novembro, publicado na I Série do Boletim Oficial nº 64 de 27 de Novembro, regula as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento da contribuição devidas a ARFA - Agência de Regulação e Supervisão de Produtos Farmacêutico e Alimentares, pela regulação dos produtos farmacêuticos e alimentares.

Aprovação da Minuta de Convenção entre o Estado de Cabo Verde e a Sociedade Agrícola Ilha Verde Lda.

A Resolução nº 120/2013 de 27 de Novembro, publicada na I Série do Boletim Oficial nº 64 de 27 de Novembro, aprova a minuta de Convenção de Estabelecimento a ser celebrado entre o Estado de Cabo Verde e a sociedade Agrícola Ilha Verde, Lda. Autoriza ainda a cessão de 80% da quota da sociedade “Agrícola Armistício SRL”, pertencente ao Estado de Cabo Verde à Sociedade denominada, “Agrícola Ilha Verde” e também a alienação de três lotes de terrenos registados no Estado do Paraguai em nome de EMPA – EP., à sociedade “Agrícola Ilha Verde”.

Novos Títulos Obrigacionistas através de Bolsa de Valores de Cabo Verde da IFH

A Resolução nº 121/2013 de 27 de Novembro, publicada na I Série do B. O. nº 64 de 27 de Novembro, autoriza a Direcção Geral do Tesouro a prestar, nos termos do nº 1 do artigo 8º do Decreto-Lei nº 45/96, de 25 de Novembro, a IFH, um aval no montante de 1.000.000.000\$00 ECV (um bilhão de escudos), com o intuito de garantir a emissão de novos títulos obrigacionistas através da Bolsa de Valores de Cabo Verde.

Criação de Novas Regiões para a Prática de Actos de Registos, Notariado e Identificação

A Portaria nº 56/2013 de 27 de Novembro, publicada na I Série do Boletim Oficial nº 64 de 27 de Novembro, procede a criação de novas regiões para a prática de actos de registos, notariado e identificação. Procede ainda a desanexação dos serviços de registos da 2ª classe de Santa Catarina.

Aprovação e Regulamentação dos Aplicativos do Sistema de Informação do Processo Penal

A Portaria nº 57/2013 de 27 de Novembro, publicada na I Série do Boletim Oficial nº 64 de 27 de Novembro, aprova e regulamenta os Aplicativos do Sistema de Informação do Processo Penal (SIPP), cujos objectivos circunscreve-se à tramitação electrónica das peças e processos-crimes previstos no Código do Processo Penal e legislação processual penal extravagante.

Composição e Funcionamento da Equipa Técnica do Sistema de Informatização da Justiça

A Portaria nº 58/2013 de 27 de Novembro, publicada na I Série do Boletim Oficial nº 64 de 27 de Novembro, estabelece a organização, composição e funcionamento da equipa técnica do sistema de informatização da justiça bem como a organização e funcionamento do Diário da Justiça Electrónico, previstos na Lei nº 38/VIII/2013, de 16 de Julho.

Sistema de Cadastro Único para Credenciação dos Utilizadores do sistema de Informação do Processo Penal

A Portaria nº 59/2013 de 27 de Novembro, publicada na I Série do Boletim Oficial nº 64 de 27 de Novembro, aprova e regulamenta, o sistema de cadastro único para credenciação dos utilizadores do Sistema de Informação do Processo Penal (SIPP), previsto no artigo 3º alínea b), ii da Lei nº 33/VIII/2013, de 16 de Julho.

2. Queira V. Exa. também anotar o fundamental das obrigações empresariais para o próximo mês de Dezembro de 2013, constantes do quadro seguinte:

ENTIDADE	DATA	DESCRIÇÃO
Repartição de Finanças do Concelho	01 a 15	Pagamento do IUR-PS retido na fonte referente ao mês anterior
INPS-Instituto Nacional de Previdência Social	01 a 15	Pagamento das Contribuições para o INPS referente mês anterior
Repartição de Finanças do Concelho	01 a 31	Entrega declaração mensal modelo 106 e pagamento IVA-Regime normal
Direcção Geral do Turismo	01 a 31	Envio de Informações trimestrais relativas exercício actividade turística
Correios de Cabo Verde, SA	01 a 31	Pagamento da taxa de renovação da caixa postal para o ano seguinte
Imprensa Nacional de Cabo Verde, SA	01 a 31	Pagamento da taxa de assinatura do boletim oficial para ano seguinte
Companhia de Seguros Garantia, SA ou IMPAR,SA	01 a 31	Pagamento do prémio do seguro SOAT e de outros vencidos no mês

3. Alertamos V. Exa. para outras obrigações, de prazo variável, que eventualmente poderá estar sujeito, conforme consta do quadro seguinte:

ENTIDADE	DESCRIÇÃO
Câmara Municipal Taxa de renovação alvará licença retalhista Taxa de letreiros e de publicidade Taxa de recolha de lixo	Paga anualmente dependendo da data da licença inicial Paga anualmente, devendo informar-se junto da Câmara Municipal Paga anualmente, devendo informar-se junto da Câmara Municipal
Electra, SA Taxa de esgoto	Paga anualmente, devendo informar-se junto da Electra, SA
Câmara de Comércio Taxa de renovação alvará licença importação	Paga anualmente dependendo da data da licença inicial
Seguros nas entidades seguradoras Seguro de incêndio das instalações Seguro de equipamentos/multirisco profissional Seguro de viaturas Seguro de acidentes de trabalho facultativo Seguro de viagem Seguro de mercadorias em armazém Seguro de transporte de mercadoria Seguro escolar Seguro de responsabilidade civil profissional	Prazo de pagamento consoante o contrato Prazo de pagamento consoante o contrato Prazo de pagamento consoante o contrato Prazo de pagamento consoante o contrato Pago antes da viagem. Pode ser apólice aberta - factura mensal Prazo de pagamento consoante o contrato. Pode ser flutuante Pago no momento da emissão da 1ª apólice Prazo de pagamento consoante o contrato Prazo de pagamento consoante o contrato
Associações empresariais e profissionais Quota de associado	Pago mensal, trimestral, semestral ou anualmente.
Senhorios e intermediários de imobiliária Renda das instalações ocupadas	Paga adiantado, impreterivelmente até o dia 8 do mês corrente
CV Telecom, CV Multimédia e Electra Telefone, internet, água e electricidade	Pagos um mês após leitura do consumo-15 a 30 mês seguinte

4. Eventualmente, as informações transmitidas podem não ser exaustivas, pelo que aconselhamos V. Exa. a recorrer aos Boletins Oficiais e às entidades competentes, para uma informação mais completa.

Apresentamos a V. Exa. os nossos melhores cumprimentos.

Praia, 30 de Novembro de 2013

AUDITEC – Sociedade de Auditores Certificados, Lda.